

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1002646-92.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Obrigações
Requerente:	Luiz Vicente Junior
Requerido:	Aurea Soares Pires

LUIZ VICENTE JUNIOR ajuizou ação contra AUREA SOARES PIRES, pedindo sua condenação a prestar contas no tocante à administração do imóvel comum, situado na Rua Moacyr Alves Hermann nº 30, Núcleo Residencial Ivo Morganti, nesta cidade.

Citada, a ré contestou o pedido, arguindo prescrição e inexistência de obrigação de dar contas.

Em réplica, o autor impugnou a gratuidade processual postulada pela contestante, apontou defeito de representação processual da ré e rebateu suas teses.

Manifestou-se a ré.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O autor não apresentou indício seguro, convincente, capaz de abalar a presunção de veracidade que se extrai da afirmação, da ré, de não reunir recursos suficientes para atender as despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento. Esclareceu ela que percebe apenas o valor de um salário mínimo da Previdência Social. E não consta ser proprietária de bens de valor ou de possuir padrão de vida incompatível com tal renda mensal, dispensável dizer que a circunstância morar em outro país não induz riqueza.

Persiste entre as partes comunhão de interesses e direitos no

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

tocante ao imóvel, cuja partilha não foi ainda concretizada.

A ré está na posse e administração do bem comum.

Tem o dever jurídico de informar rendas que porventura tenha amealhado. E se não as teve, ainda assim subsiste a obrigação, plausível o interesse e direito do comunheiro, de saber a destinação e utilização dada ao imóvel, rendas que tenham sido obtidas e despesas que porventura tenham existido, inclusive ele também tem (= pode ter) responsabilidade por despesas.

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. PATRIMÔNIO COMUM DO CASAL.

POSSE EXCLUSIVA. DE UM DOS EX-CÔNJUGES. ALUGUÉIS. PENDÊNCIA DE PARTILHA. INDENIZAÇÃO AFASTADA. DEVER DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

LOCUPLETAMENTO ILÍCITO. VEDAÇÃO. MOMENTO PROCESSUAL OPORTUNO.

1. O arbitramento de aluguel, bem como o ressarcimento pelo uso exclusivo de bem integrante do patrimônio comum do casal, somente é possível nas hipóteses em que, decretada a separação ou o divórcio e efetuada a partilha, um dos cônjuges permaneça residindo no imóvel.

2. A ruptura do estado condominial pelo fim da convivência impõe a realização imediata da partilha, que, uma vez procrastinada, enseja a obrigação de prestar contas ao outro cônjuge alijado do direito de propriedade no momento processual oportuno.

3. A administração do patrimônio comum da família compete a ambos os cônjuges (arts. 1.663 e 1.720 do CC), sendo certo que o administrador dos bens em estado de mancomunhão tem o dever de preservar os bens amealhados no transcurso da relação conjugal, sob pena de locupletamento ilícito.

4. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1470906/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 15/10/2015)

O divórcio do casal foi decretada em 16 de maio de 2001.

A prescrição arguida pela ré incidiria sobre parcelas de eventual crédito pecuniário do autor, não sobre o direito em si, à obtenção da prestação de contas por período alheio. Por outras palavras, se, por hipótese, houver um crédito favorável ao autor, relativo ao ano corrente, não estará prescrita a ação,

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

por óbvio, mas apenas o resultado da administração que seria favorável a ele e que não foi reivindicado em tempo oportuno.

Submete-se, no caso, ao prazo decenal, pois pessoal o respectivo direito (Código Civil, artigo 205).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL.

PREVIDÊNCIA PRIVADA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO CARACTERIZAÇÃO. NATUREZA PESSOAL DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL PREVISTO NO ART. 177 DO CC/16 E VINTENÁRIO PREVISTO NO ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL ATUAL.

OBSERVADA A REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 2.028 DO CC/2002. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM A ATUAL JURISPRUDÊNCIA DESTES TRIBUNAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 o fato de o col. Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. A ação de prestação de contas tem por base obrigação de natureza pessoal, a ela se aplicando, na vigência do antigo Código Civil de 1916, a prescrição vintenária prevista no art. 177 e a prescrição decenal prevista no art. 205 do atual Código Civil de 2002.

Precedentes do STJ.

3. Estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, incide a Súmula 83/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 790.536/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 22/04/2016)

Sigo o entendimento de constituir sentença o ato processual que encerra esta fase do processo ("Primeiros Comentários Ao Novo Código de Processo Civil", Coord. Teresa Arruda Alvim Wambier, Ed. RT; "Primeiras Lições Sobre O Novo Direito Processual Civil Brasileiro", Coord. Humberto Theodoro Júnior e outros, Ed. Forense).

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno a ré a prestar contas no tocante à administração do imóvel comum, desde 24 de março de 2005, no prazo de quinze dias, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios do patrono do autor, atinentes a esta etapa do processo, fixados por equidade em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento. A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 03 de agosto de 2016.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**